

MERCOSUL/FCCR-CN ATA N° 02/15

XLV REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COORDENADORES NACIONAIS DO FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR)

Realizou-se na cidade de Brasília, Distrito Federal, República Federativa do Brasil, no dia 15 de julho de 2015, a XLV Reunião Ordinária dos Coordenadores Nacionais do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL - FCCR com a presença das Delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela.

O Coordenador Nacional do Brasil Olavo Noletto Alves fez a abertura da Reunião, dando as boas-vindas aos Coordenadores de cada país.

Ressaltou que o fortalecimento do MERCOSUL ultrapassa a ação de mercados econômicos, incluem atores sociais, governos, sejam no âmbito nacional ou regional em defesa da integração.

Reforçou a importância de concretizar e reforçar a agenda do MERCOSUL, em virtude do fortalecimento da integração regional, destacando a importância do MERCOSUL e do FCCR para o governo brasileiro e o fortalecimento dos governos locais para agenda do MERCOSUL.

A continuação das palavras do Coordenador Nacional do Brasil, os representantes dos países agradeceram o convite e ressaltaram a importância e a contribuição do FCCR para o processo de integração do MERCOSUL.

A Lista de Participantes consta como **Anexo I**

A Agenda da Reunião consta como **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta como **Anexo III**.

Na Reunião foram tratados os seguintes temas:



1. INFORME DAS ATIVIDADES DOS ASSUNTOS SOCIAIS DO MERCOSUL

A PPTB, por meio do representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Senhor Wellington Fávaro fez uma apresentação dos avanços do MERCOSUL no Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) (**Anexo IV**).

Mencionou que durante a PPTB 2015 o MDS na condição de Coordenador Nacional da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM), consultou 15 Ministérios brasileiros a fim de diagnosticar as ações que estão sendo desenvolvidas regionalmente no âmbito do PEAS. Como produto elaborou-se planilha por meio da qual se constatou que há ações em todos os 10 eixos e em todas as 26 diretrizes do PEAS.

Reconheceu-se o dinamismo da área social e a importância dos temas que estão sendo incorporados à estrutura institucional do MERCOSUL. Com base nisso, a CCMASM emitiu uma Declaração que insta aos foros do MERCOSUL com competências em temáticas sociais, a revisarem o PEAS, caso julguem necessário, a proporem à CCMASM alterações ou adições a seu texto.

2. INFORME DAS ATIVIDADES DO SGT N° 14 “INTEGRAÇÃO PRODUTIVA” – AVANÇOS DO PLANO DE VINCULAÇÃO DE CLUSTERS

A PPTB, por meio da representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Senhora Maria Cristina Milani, apresentou as atividades que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Subgrupo de Trabalho N° 14 “Integração Produtiva” (SGT N° 14) (**Anexo V**).

A Senhora Milani manifestou também que foi incorporada a solicitação do FCCR de ampliar o levantamento para incorporar cadeias produtivas relacionadas à economia solidaria e micro e pequenas empresas.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO I E II COLÓQUIOS SUL-AMERICANOS SOBRE CIDADES METROPOLITANAS – MSUR

A PPTB, por meio do representante da Prefeitura de São Paulo, Secretário de Relações Internacionais e Federativas, Senhor Vicente Trevas, relatou a realização dos dois primeiros colóquios sulamericanos sobre as cidades metropolitanas em parceria com a CEPAL (**Anexo VI**).

O Senhor Trevas ressaltou a importância dos eixos temáticos: Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade; e Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Socioespaciais, executados durante os dois primeiros colóquios realizados nas cidades de Santiago e São Paulo.

Destacou a importância de reforçar as agendas metropolitanas tanto no âmbito do MERCOSUL como no âmbito da UNASUL.

Os objetivos dos colóquios são compartilhar os desafios e as convergências e os consensos entre os governos das cidades metropolitanas sul-americanas que serão apresentados em diferentes âmbitos de discussão da agenda urbana como os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), o FCCR / MERCOSUL, a UNASUL e a Terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III – Quito 2016).

O Coordenador Nacional do Brasil destacou a importância do protagonismo, participação e representação dos governos locais, contemplando as cidades menores e dando espaço à diversidade na construção das agendas nacionais.

4. PARTICIPAÇÃO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NA AGENDA PÓS 2015 E HABITAT III

A PPTB apresentou informe com iniciativas realizadas pelo Brasil para a construção da agenda Pós 2015 e a Conferência Habitat III, envolvendo o governo federal e os governos subnacionais, assim como as associações municipalistas brasileiras.

A PPTB destacou a oportunidade de compartilhar esses assuntos no âmbito do FCCR, a fim de assumir uma posição comum dos países do MERCOSUL na agenda internacional (**Anexo VII**).

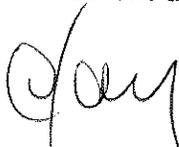
As delegações presentes ressaltaram a participação dos governos subnacionais, para melhorar a vida dos cidadãos e afirmaram a necessidade de aprofundar o diálogo trabalhando internamente na elaboração de uma posição comum do bloco nos foros internacionais.

5. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

A PPTB apresentou uma proposta de reativação do Grupo de Trabalho de Integração Fronteira no âmbito do FCCR, para atender a demanda dos prefeitos, intendentes, governadores e autoridades locais e regionais das regiões de fronteira dos países do bloco, a fim de construir uma agenda integrada para o fortalecimento e desenvolvimento desses territórios (**Anexo VIII**).

As delegações resolveram reativar o Grupo de Trabalho de Integração Fronteira que terá início na próxima PPT.

As delegações aceitaram a proposta do representante da Prefeitura do Porto Alegre para que a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Integração Fronteira seja realizada naquela cidade em data a ser definida.



As delegações acordaram incorporar na agenda da XVI Reunião Plenária do FCCR, o apoio para criação do Subgrupo de Trabalho N° 18 "Integração Fronteira", com a participação do FCCR como membro deste Subgrupo.

O assunto ficará sob consulta por uma das delegações.

6. PROPOSTA DE DECISÃO DO CMC PARA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

A PPTB apresentou uma proposta de Decisão "Acordo para a Promoção da Integração Fronteira" (**Anexo IX**).

As delegações tomaram conhecimento da proposta e decidiram continuar trabalhando sobre o documento dentro do Grupo de Trabalho de Integração Fronteira reativado.

7. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O SITIO WEB DO FCCR

A Delegação da Venezuela fez uma proposta de que cada país indique um representante para administrar o sitio web do FCCR.

As delegações estiveram de acordo e se comprometeram a encaminhar para Venezuela, com brevidade, o nome do representante.

A Delegação do Brasil indicou o Senhor Bruno Sadeck.

A Delegação da Argentina indicou a Senhora Maria Claudia Pantoja

8. ACORDO INTERINSTITUCIONAL ENTRE O FCCR E MERCOSUL CULTURAL

As delegações tomaram conhecimento da aprovação pelos Ministros de Cultura do Acordo Interinstitucional entre o FCCR e o MERCOSUL Cultural (**Anexo X**).

O FCCR incorporou na agenda da XVI Reunião Plenária do FCCR a assinatura do documento, concluindo assim a tramitação pertinente, elevando-o ao GMC para seu conhecimento e deliberação.

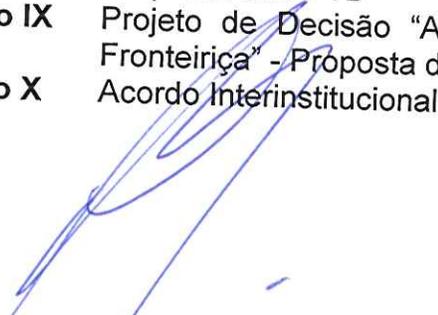
9. PRÓXIMA REUNIÃO DO FCCR

A PPTP informará oportunamente a data da próxima reunião do FCCR.

ANEXOS

Os Anexos que formam parte da presente Ata são os seguintes:

- Anexo I** Lista de Participantes
- Anexo II** Agenda
- Anexo III** Resumo da Ata
- Anexo IV** Apresentação do MDS
- Anexo V** Apresentação do MDIC - SGT N° 14
- Anexo VI** Apresentação da nova Proposta da Conferência das Metrôpoles da América do Sul – MSUR em parceria com a CEPAL
- Anexo VII** Iniciativas realizadas pelo Brasil para construção da agenda Pós 2015 e a Conferencia Habitat III
- Anexo VIII** Apresentação de Propostas para Integração Fronteira - Proposta da PPTB
- Anexo IX** Projeto de Decisão “Acordo para a Promoção da Integração Fronteira” - Proposta da PPTB
- Anexo X** Acordo Interinstitucional entre o FCCR e o MERCOSUL Cultural



Pela Delegação da Argentina



Pela Delegação do Brasil



Pela Delegação do Paraguai



Pela Delegação do Uruguai

Pela Delegação da Venezuela



Pela Secretaria Técnica do Comitê de Municípios

Anexo 1 – Lista de participantes 15 de julho

ARGENTINA

Nome: Lucas Serna

Órgão: Chancelaria Argentina

Cargo: Subsecretário de Relações Institucionais e Coordenador Nacional Titular do FCCR

Telefone: (54 11) 4819 7677

E-mail: usn@mrecic.gov.ar / suins@mrecic.gov.ar

Nome: Maria Claudia Pantoja

Órgão: Chancelaria Argentina

Cargo: Assessora da Subsecretaria de Relações Institucionais

Telefone: (54 11) 4819 7677

E-mail: yca@mrecic.gov.ar / suins@mrecic.gov.ar

Nome: Matias de Toma

Órgão: Chancelaria Argentina

Cargo: Coordenador Alternativo do FCCR

Telefone: (54 11) 4819 73 25

E-mail: dirfe@mrecia.gov.ar

Nome: Julio Rene Araoz

Órgão: Ministério de Economia – Província de Formosa

Cargo: Subsecretário de Desenvolvimento Econômico

Telefone: (54 37) 1044 36 325

E-mail: jaraoz@formosa.gob.ar

Nome: Silvana Tila Joulia

Órgão: Governo da Província de Formosa

Cargo: Assessora Jurídica

Telefone: (54 90) 370 4422 161

E-mail: silvinajoulia@hotmail.com

Nome: Ricardo Cristobal Oviedo

Órgão: Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia - Província de Formosa

Cargo: Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Telefone: (54)3704 – 436350 // (54) 3704 670 747

E-mail: roviedo@formosa.gov.ar / ricardcoviedo@hotmail.com

Nome: Daniel Rosano

Órgão: Município de Quilmes

Cargo: Diretor Geral de Integração Regional

Telefone: (54 11) 4350 1168 / (54 9 11) 5020 5195

E-mail: danielrosano@arnet.com.ar / siri@quilmes.gov.ar

BRASIL

Nome: Olavo Noletto

Órgão: Secretaria de Relações Institucionais/Presidência da República

Cargo: Subchefe de Assuntos Federativos

Telefone: (61) 3411-1860

E-mail: agendagabsaf@presidencia.gov.br

Nome: Paula Ravanelli Losada

Órgão: Secretaria de Relações Institucionais/Presidência da República

Cargo: Assessora Especial

Telefone: (61) 3411-3112

E-mail: paula.losada@presidencia.gov.br

Nome: Bruno Sadeck

Órgão: Secretaria de Relações Institucionais/Presidência da República

Cargo: Assessor Internacional

Telefone: (61) 3411-3112

E-mail: bruno.sadeck@presidencia.gov.br

Nome: Ronaldo Lopes Garcia

Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Cargo: Secretário de Gestão Adjunto

Telefone: (51) 3289 3633

E-mail: ronaldo.garcia@gestao.pref.poa.com.br

Nome: Tatiane Vieira de Jesus

Órgão: Confederação Nacional de Municípios

Cargo: Assessora Internacional

Telefone: (61)2101 6032

E-mail: Tatiane.jesus@cnm.org.br

Nome: Magda Correa

Órgão: CODESUL -MS

Cargo: Secretária

Telefone: (67) 3318 10 16

E-mail: condesul@ms.gov.br

Nome: Amauri Cantu

Órgão: CODESUL -SC

Cargo: Secretário

Telefone: (48) 3222 4969 // (48) 9981 2982

E-mail: condesul.sc@gmail.com

Nome: Antonio Bettega

Órgão: CODESUL-PR

Cargo: Secretário do Conselho de Desenvolvimento e integração Sul

Telefone: (41)9923 0110

E-mail: bettega@condesul.pr.gov.br

Nome: Jorge Grecellé

Órgão: CODESUL-RS

Cargo: Secretário

Telefone: (51) 9989 7671 // (51) 3225 7372

E-mail: grecele@terra.com.br

Nome: Vicente Joaquim Bogo

Órgão: CODESUL-RS

Cargo: Secretário

Telefone: (51) 9989 7671 // (51) 3225 7372

E-mail: grecele@terra.com.br

Nome: Vicente Trevas

Órgão: Prefeitura de São Paulo

Cargo: Secretário de Relações Internacionais e Federativas

Telefone: (11) 3113-8512

E-mail: trevas.vicente@gmail.com

Nome: Maria Cristina Milani

Órgão: MDIC/STG 14 (Integração Produtiva)

Cargo: Coordenadora Nacional Alternata

Telefone: 61 2027-7629

E-mail: maria.milani@mdic.gov.br

Nome: Wellington Fernando Valsecchi Fávaro

Órgão: MDS

Cargo: Assessor Internacional

Telefone: (61) 2030-2555

E-mail: wellington.favaro@mds.gov.br

PARAGUAI

Nome: Enrique Ramirez

Órgão: Ministério de Relações Exteriores do Paraguai

Cargo: Coordenador Nacional do FCCR

Telefone: (59 5) 214148826 / (59 5) 991779220

E-mail: eramirez@mre.gov.br

URUGUAI

Nome: Jorge Rodriguez

Órgão: Secretaria Técnica Permanente da Rede Mercocidades - Montevideú

Cargo: Coordenador do Comitê de Municípios

Telefone: (59 8) 2413 6624/6625

E-mail: jorge.a.rodriguez@imm.gub.uy; jr-stpm@hotmail.com

SECRETARIA DO MERCOSUL

Nome: Maria Eugenia Gómez

Órgão: Secretaria do Mercosul

Cargo: Assistente Técnica

Telefone: (59 8) 2412 9024 / 2204

E-mail: jmgomez@mercosur.int / gomezurbieta1@hotmail.com

RESUMO DA ATA – 15 DE JULHO DE 2015

1. Informe das atividades dos Assuntos Sociais do MERCOSUL
2. Informe das atividades do SGT 14 – Integração Produtivas/ avanços do Plano de Vinculação de Clusters.
3. Apresentação dos resultados do I e II ColóquiosSul-americanos sobre Cidades Metropolitanas – MSUR.
4. Participação dos governos locais na Agenda Pós 2015 e Habitat III
5. Apresentação de propostas para integração fronteiriça:
6. Preparação para XVI Reunião Plenária do FCCR

Informe das atividades da Presidência Pro Tempore do Brasil – PPTB 2015

Brasília- DF

16 de julho de 2015



Assuntos desenvolvidos na PPTB

- Agenda pós-2015 e Habitat III;
- Colóquios Sul-americanos de Cidades Metropolitanas;
- Proposta de decisão CMC – Integração fronteiriça;
- Criação do GT- Integração Fronteiriça
- V Fórum Empresarial do MERCOSUL

Agenda pós-2015 e Habitat III

- **Objetivo:**

- Incorporar ao debate os entes subnacionais, entidades nacionais de representação dos municípios e outros atores representativos dos entes da Federação brasileira;

- **Temas/Conferências globais:**

- Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Clima – Cop21
- Habitat III



Agenda pós-2015 e Habitat III

- **Participação dos governos locais nas Agendas Globais** - A contribuição das cidades e governos locais como agentes do desenvolvimento sustentável foi reconhecida de forma concreta em 2012 durante a conferência Rio+20
- ***Financiamento ao Desenvolvimento*** - processo de Conferências da ONU que busca ampliar a capacidade financiadora e mobilizar os recursos necessários para o cumprimento da Agenda Pós -2015.
- ***Adis Abeba, Etiópia, 13 a 16 de julho: III Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento***
- ***Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*** - Um dos principais processos de construção da nova Agenda Pós-2015 é a renovação dos compromissos dos ODM por meio do processo de definição dos novos ODS.



Agenda pós-2015 e Habitat III

- **Brasil: Grupo Interministerial e consultas** - A posição brasileira sobre os ODS, defendida pelo MRE nas reuniões da ONU, é definida por um Grupo de Trabalho Interministerial. A mobilização dos governos locais vem sendo feita pela SAF (Subchefia de Assuntos Federativos) com o apoio das entidades municipalistas.
- *Paris, França, 30 de novembro a 15 de dezembro: Conferência das Partes (COP21) – Objetivo:* alcançar um acordo juridicamente vinculativo e universal sobre o clima, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2° C.
- **Habitat III – 3ª Conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Quito, Equador, outubro/2016: Objetivo** discutir e traçar novos caminhos em resposta aos desafios que acompanham o processo de urbanização atual



Colóquios Sul-americanos de Cidades Metropolitanas –MSUR

- **Objetivo:** identificar os problemas mais comuns às metrópoles da região, e estimular a atuação integrada no enfrentamento a esses desafios.

- **4 Encontros do MSUR:**
 - a) Santiago/Chile: abril de 2015 (realizado) – Temas: Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade;
 - b) São Paulo/Brasil: junho de 2015 (realizado) – Temas: Desenvolvimento Urbano e Desigualdades socioespaciais.
 - c) Quito/Equador: 13 e 14 de agosto de 2015 (a realizar) – Temas: Economia Urbana, Trabalho, Renda e Sustentabilidade



Colóquios Sul-americanos de Cidades Metropolitanas –MSUR

d) Montevideu/Uruguai: 28 e 29 de setembro de 2015 (a realizar) – Temas Governo, Governança, Cidadania, Educação e Cultura.

Assuntos principais:

- Diretrizes de uma política de desenvolvimento urbano que promova a redução das desigualdades;
- Acesso a bens e serviços públicos, ao emprego e aos espaços públicos qualificados;
- Assumir uma posição comum sobre o novo modelo de desenvolvimento urbano que está em debate para a Conferência da ONU, Habitat III



Proposta de decisão CMC – Integração fronteiriça

- **Objetivo:** Criar regiões de cooperação transfronteiriça do MERCOSUL – Mercoregiões.
- **A cooperação transfronteiriça** é uma ação coordenada destinada a promover relações de vizinhança entre autoridades subnacionais dos Países da região.
- **A função** das regiões de cooperação transfronteiriça é realizar ações conjuntas, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços públicos como: saúde, educação, assistência social, promoção da economia e trânsito de pessoas que são prestados à população daquelas localidades fronteiriças

Proposta de decisão CMC – Promoção da integração fronteiriça

- **Criação:** das regiões de cooperação transfronteiriça do MERCOSUL.
- **Situação atual:** Em fase de discussão no FCCR
- **Encaminhamento:** Será enviada proposta de decisão do Conselho Mercado Comum para assinatura dos chanceleres e/ou presidentes dos países do bloco.

Reativação do GT- Integração Fronteiriça

- **Objetivo:** Atender a demanda dos governos locais e regionais das cidades localizadas nas regiões de fronteira dos países do bloco e cumprir com o Plano de Ação do foro.
- **Função do GT** – Elaborar uma agenda de trabalho em sinergia com órgãos do MERCOSUL como o GMC, Grupo de Educação, Saúde, Justiça e Interior.
- **Tema principal:** Criação das regiões de cooperação transfronteiriça do MERCOSUL

V Fórum Empresarial do MERCOSUL

- **Realização:** em Belo Horizonte nos dias 13 e 14 de julho de 2015.
- **Objetivo:** Impulsionar o aprofundamento das relações comerciais e o aprofundamento de parcerias empresariais envolvendo setores estratégicos do MERCOSUL.
- **Áreas principais:** energia, biotecnologia, ciências da vida, tecnologia da informação, automotivos, mineração, agronegócio e audiovisual;
- **Participação** de empresários, investidores, agências de fomento e organismos internacionais .

FIM
Obrigado

Presidência Pró-Tempore Brasileira 2015





MSUR

Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas
Coloquios Sudamericanos sobre Cidades Metropolitanas

COLÓQUIOS SULAMERICANOS SOBRE CIDADES
METROPOLITANAS

MSUR

I COLÓQUIO MSUR ECOSSISTEMAS URBANOS E SUSTENTABILIDADE

27 E 28 DE ABRIL – SANTIAGO, CHILE



Sede CEPAL,
Santiago do Chile

DOCUMENTO TEMÁTICO

VERSIÓN PRELIMINAR

ORIGINAL: ESPAÑOL

CEPAL

Comisión Económica para América Latina y el Caribe

Eje Ecosistemas Urbanos y Sostenibilidad

Santiago, 27 y 28 de abril de 2015



Ecosistemas urbanos y sostenibilidad

Insumos para los Coloquios Sudamericanos sobre Ciudades Metropolitanas (MSUR),
con la participación especial de México

ÍNDICE

Índice

1. Introducción

2. Diagnóstico

2.1. Servicios ambientales y la sustentabilidad urbana: una visión ecosistémica	15
2.2. Expansión de la mancha urbana modelo poco eficiente	19
La movilidad en la ciudad.....	22
2.3 Acceso a agua y manejo de cuencas	30
Las cuencas urbanas cada vez más frágil	30
El acceso a agua y saneamiento se universaliza	33
2.4. Parques, áreas verdes, bosques urbanos y biodiversidad	39
Fauna y Flora.....	42
2.5. Contaminación atmosférica	44
2.6. Residuos sólidos.....	47
2.7. Consumo energético	51
2.8. Seguridad Alimentaria.....	54
2.9. Eventos extremos y resiliencia.....	58
Vulnerabilidad de las zonas urbanas frente a los riesgos naturales.....	59
Mitigación y adaptación al cambio climático.....	64

3. Bibliografía

4. Base de datos













Christy Pato, CMSP
Carolina Heldt, SMDU



Vera Kiss, CEPAL



Delegação Câmara Municipal de São Paulo



Delegação Esteban Echeverría, Arg

II COLÓQUIO MSUR DESENVOLVIMENTO URBANO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS



08 E 09 DE JUNHO
SÃO PAULO, BRASIL

Sala do Conservatório
Pça. das Artes

DOCUMENTO TEMÁTICO

CEPAL

Comisión Económica para América Latina y el Caribe

Eje Desarrollo Urbano y Desigualdades Socioespaciales

São Paulo, 08 y 09 de Junio de 2015



Desarrollo Urbano y Desigualdades Socioespaciales

Insumos para los Coloquios Sudamericanos sobre Ciudades Metropolitanas (MSUR),
con la participación especial de México

ÍNDICE

Introducción: La desigualdad es un desafío fundamental de las metrópolis	1
1. Diagnóstico de las principales tendencias de desigualdad urbana en América Latina	9
1.1. Niveles y tendencias de desigualdad en las ciudades de América Latina	
1.2. Metrópolis y desigualdad	
1.3. Pobreza urbana y desigualdad	
1.4. Asentamientos informales	
1.5. Déficit cualitativo y cuantitativo de viviendas y equipamiento	
2. La segregación urbana es la expresión espacial de la desigualdad	17
2.1. Patrones de segregación en las metrópolis	
2.2. Desigualdad de acceso a servicios públicos	
2.3. Espacios públicos y desigualdad	
2.4. Movilidad urbana y segregación espacial	
2.5. Violencia y desigualdad	
2.6. Infraestructura urbana y desigualdades de salud	
3. Desigualdad y diversidad social	38
3.1. Desigualdad desde la perspectiva de género	
3.2. Desigualdad y diversidad étnica	
3.3. Envejecimiento de la población y vulnerabilidad social	
4. Desafíos y estrategias para el enfrentamiento de las desigualdades socioespaciales	48
5. Resumen y discusión	56
6. Bibliografía	61

Wanderley Meira

Fernando de Mello Franco

Nádia Campeão, Vice-Prefeita de
São Paulo

Fernando Haddad, Prefeito de
São Paulo

Leonardo Barchini, Chefe de
Gabinete





Nádia Campeão, Vice-Prefeita de São Paulo

Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo

Leonardo Barchini, Chefe de Gabinete



Antonio Donato
Presidente
Câmara dos Vereadores de São Paulo

Nádia Campeão
Vice-Prefeita
São Paulo

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto
CEPAL

Antonio Donato, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Nádia Campeão, Vice-Prefeita de São Paulo

Antonio Prado, Secretário Executivo da CEPAL



Fernando de Mello Franco,
Secretário de Desenvolvimento Urbano - PMSP





Fernando de Mello Franco e Nabil Bonduki



Nabil Bonduki, Secretário de Cultura - PMSP

José Ordoñez, Quito

Vicente Trevas, SMRIF

Margarita Veja, CEPAL

Artur Henrique, Secretário de Trabalho PMSP

Gerardo Calderón, Bogotá

Roberto Prieto, Bogotá





Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto
CEPAL

Elkin Velásquez
Director
ONU Habitat Am. Latina

Vicente Trevas
Secretário Adjunto
Relações Internacionais e Federações
São Paulo

Elkin Velásquez, ONUHabitat

Vicente Trevas, Secretário da SMRIF

Beatriz Paredes, Embaixadora do México no BR

	Eixos Temáticos	Data (2015)	Cidade	Local
Colóquios	Ecosistemas Urbanos e Sustentabilidade	27 e 28 de abril	Santiago	Sede da CEPAL
	Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Socioespaciais	8 e 9 de junho	São Paulo	Praça das Artes, Sala do Conservatório
	Economia Urbana: Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável	13 e 14 de agosto	Quito	Sede da UNASUL
	Governo e Governança, Cidadania, Educação e Cultura	28 e 29 de Setembro	Montevideú	Sede do MERCOSUL

III COLÓQUIO ECONOMIA URBANA: TRABALHO, RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Sede da UNASUL, Quito - Equador

III COLÓQUIO ECONOMIA URBANA: TRABALHO, RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Sala dos Presidentes, UNASUL

Agenda Pós-2015

- **Objetivos:**

- Incorporar ao debate os entes subnacionais, entidades nacionais de representação dos municípios e outros atores representativos dos entes da Federação brasileira;
- Contribuir com a formação da posição brasileira nas negociações para definição da nova agenda global de desenvolvimento, que está em negociação na ONU.

- **Temas/Conferências globais:**

- Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Clima – Cop21
- Habitat III

- **Ações da SAF:**

- 3 Oficinas “Diálogos sobre a Agenda Pós-2015”, com a participação de 150 pessoas de 30 órgãos do governo federal, estados, municípios, entidades municipalistas e instituições da sociedade civil.
- Representação da SRI no Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015.

Agenda Pós-2015

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - 191

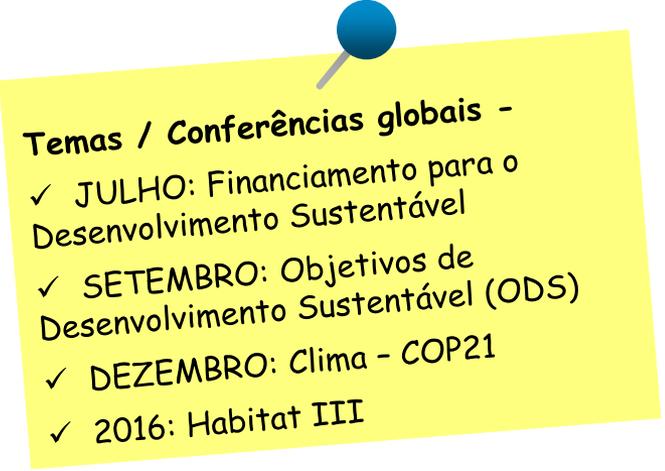
países aderiram às metas do milênio, estabelecidas pela ONU em 2000, com o objetivo de erradicar a pobreza, melhorar a qualidade de vida e do meio ambiente.

Participação dos governos locais nas Agendas Globais - A contribuição das cidades e governos locais como agentes do desenvolvimento sustentável foi reconhecida de forma concreta em 2012 durante a conferência Rio+20.

Financiamento ao Desenvolvimento - processo de Conferências da ONU que busca ampliar a capacidade financiadora e mobilizar os recursos necessários para o cumprimento da Agenda Pós -2015.

Adis Abeba, Etiópia, 13 a 16 de julho: III Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento

- avaliar os progressos realizados na implementação do Consenso de Monterrey e da Declaração de Doha
- identificar os obstáculos encontrados na realização de seus objetivos, e ações e iniciativas para superar essas limitações
- tratar das novas questões emergentes, no contexto dos recentes esforços multilaterais para promover a cooperação internacional para o desenvolvimento.



Temas / Conferências globais -

- ✓ JULHO: Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
- ✓ SETEMBRO: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- ✓ DEZEMBRO: Clima - COP21
- ✓ 2016: Habitat III

Agenda Pós-2015

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Um dos principais processos de construção da nova Agenda Pós-2015 é a renovação dos compromissos dos ODM por meio do processo de definição dos novos ODS.

O processo das Nações Unidas: Grupo de Trabalho

Aberto - Em setembro de 2014 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma lista preliminar de 17 ODS, dentre os quais há um objetivo específico sobre o desenvolvimento urbano, reconhecendo o papel das autoridades locais no combate à pobreza e na construção de sociedades sustentáveis.

Mais participação = maior envolvimento

Nova Iorque, EUA, setembro: Assembleia Geral da ONU

- aprovar os os ODS
- os novos objetivos dependerão, para ser implementados, de parceria global com a participação ativa de governos, sociedade civil, setor privado e Nações Unidas.

Brasil: Grupo Interministerial e

consultas - A posição brasileira sobre os ODS, defendida pelo MRE nas reuniões da ONU, é definida por um Grupo de Trabalho Interministerial. A mobilização dos governos locais vem sendo feita pela SAF (Subchefia de Assuntos Federativos) com o apoio das entidades municipalistas.

Agenda Pós-2015

Clima - Os governos locais e regionais têm sido muito ativos na mitigação das alterações climáticas e esforços de adaptação, bem como no fornecimento de insumos concretos para as negociações intergovernamentais.

Atualmente, seu papel é amplamente reconhecido como a chave para combater eficazmente as alterações climáticas.

Paris, França, 30 de novembro a 15 de dezembro: Conferência das Partes (COP21)

➤ alcançar um acordo juridicamente vinculativo e universal sobre o clima, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2° C.

Habitat - Conferências sobre o tema do desenvolvimento urbano, que fazem parte das periódicas Conferências Mundiais de posicionamento organizadas pelas agências da ONU.

Quito, Equador, outubro/2016: Habitat III – 3ª Conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável

➤ discutir e traçar novos caminhos em resposta aos desafios que acompanham o processo de urbanização atual.

Brasil: participação dos governos locais - GT do ConCidades por meio dos representantes do poder municipal e estadual, ou pela plataforma Participa.br

GRUPO DE TRABALHO DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRICA

Presidência Pró-Tempore do Brasil - 2015



As fronteiras nacionais surgiram como consequência natural do desenvolvimento histórico das disputas existentes por mais de cinco séculos no continente sul-americano entre os conquistadores espanhóis e portugueses. Estes conflitos se fortaleceram com o surgimento dos Estados nacionais pós-independência em virtude de políticas militares, administrativas e socioeconômicas. Logo, a população fronteiriça ficou em desvantagem ante outras regiões do próprio país, especialmente o litoral, no que se refere a desenvolvimento e serviços públicos durante décadas e décadas.

Com o passar dos anos e a sucessão de diferentes governos, a fronteira e sua realidade continuaram a ser renegadas na agenda de políticas públicas na maioria dos países sul-americanos. A partir do advento do MERCOSUL, inicia-se uma etapa de aproximação efetiva das nações da região, a fim de criar um espaço de cooperação e desenvolvimento conjunto.

Decorridos mais de duas décadas do surgimento do bloco regional, ainda persiste uma grande lacuna com os assuntos da fronteira nas atividades e ações do MERCOSUL, o que demonstra uma fragilidade de avançar multilateralmente nesta temática.

Diante desse cenário, a criação do Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça no âmbito do FCCR visa atender a demanda dos prefeitos, intendentess, governadores e autoridades locais e regionais das cidades localizadas nas regiões de fronteira dos países do bloco, bem como está fundamentado no Plano de Ação do foro.

A ideia é trabalhar na definição de um plano de trabalho do FCCR em sinergia com órgãos do MERCOSUL como o GMC, Grupo de Educação, Saúde e Justiça e Interior e também o futuro SGT – 18 (Integração Fronteiriça), a fim de construir uma agenda integrada em prol do fortalecimento e desenvolvimento das regiões de fronteira.

A priori, existe um assunto que precisa ser estudado e analisado pelo futuro Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça, trata-se da criação das regiões de cooperação transfronteiriças do MERCOSUL- Mercoregiões.

A composição do Grupo de Trabalho será feita da seguinte maneira:

- 1) um representante por cada país indicado pela Coordenação Nacional do FCCR;
- 2) poderá ser convidado de fora do FCCR, quando for o caso.

A Coordenação das atividades do Grupo de Trabalho será do Brasil.

O Grupo de Trabalho terá a incumbência de preparar um relatório com sugestões e um diagnóstico sobre para o assunto mencionado no período de um ano, com a finalidade de preparar documento final do FCCR a ser encaminhado ao Grupo Mercado Comum e o Conselho Mercado Comum.

ACORDO PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

VISTO: Tratado de Assunção e Protocolo de Ouro Preto

Considerando a necessidade de aprofundar os laços de cooperação regional entre os países do MERCOSUL.

Tendo em vista que o fenômeno da globalização provocou a redução das distâncias entre os países e impôs a necessidade de criar instrumentos efetivos de promoção da integração regional.

Reafirmando os princípios de respeito à soberania nacional, de cooperação fraterna entre os países da região e os ideais que inspiram todo o processo de integração do Tratado de Assunção.

Conscientes de que a história do relacionamento entre os povos da região tem as matrizes enraizadas nas localidades de fronteiriças.

Conscientes de que é necessário criar uma legislação multilateral que permita a existência de uma cooperação transfronteiriça nos países do MERCOSUL.

**O CONSELHO MERCADO COMUM
DECIDE:**

Art. 1 – Criar as regiões de cooperação transfronteiriça do MERCOSUL - Mercoregião.

Art. 2 – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes do MERCOSUL.

ACORDO PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguay, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana de Venezuela, na qualidade de Estados Partes do MERCOSUL, Partes do presente Acuerdo.

CONSIDERANDO

Que a história do relacionamento entre os povos da região tem as raízes históricas nas localidades de fronteiriças.

Que é dever dos Estados Partes incentivarem ações conjuntas que promovam a integração efetiva dos países do bloco.

Que é necessário dar uma atenção especial à situação das fronteiras, especialmente nas cidades gêmeas, que vivenciam no cotidiano as consequências diretas da integração.

ACORDAM

Artigo 1

O presente acordo visa aprofundar a integração no MERCOSUL, por meio da criação de regiões de cooperação transfronteiriça situadas nas fronteiras dos países do bloco.

Artigo 2

A função das regiões de cooperação transfronteiriça é realizar ações conjuntas, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços públicos como: saúde, educação, assistência social, promoção da economia e trânsito de pessoas que são prestados à população daquelas localidades fronteiriças.

Artigo 3

Cada Parte compromete-se a facilitar e promover a cooperação transfronteiriça entre comunidades ou autoridades territoriais sob a sua jurisdição e as comunidades ou autoridades territoriais sob a jurisdição de outras Partes.

Cada Parte envidará esforços para promover a celebração de quaisquer acordos e convênios que se revelem necessários para o efeito, com a devida atenção aos diferentes disposições constitucionais de cada Parte.

Artigo 4

Para efeitos deste Acordo, trata-se de cooperação transfronteiriça, qualquer ação concertada destinada a reforçar e promover relações de vizinhança entre as comunidades ou autoridades territoriais sob a jurisdição de duas ou mais Partes e da celebração de qualquer acordo e arranjo necessário para esse fim.

Artigo 5

Para efeitos deste Acordo, a expressão "comunidades ou autoridades territoriais", significa prefeitos, intendentes, governadores que exercem funções locais e regionais e considerado como tal nos termos da legislação interna de cada Estado nacional.

Artigo 6

As Mercoregiões serão instituídas, por meio de atos internacionais dos Estados Partes com a participação dos governos subnacionais localizados no território de cada região.

O ato internacional fundador da Mercoregião poderá constituir consórcio público, pessoa jurídica, formado pelos entes subnacionais em cada região.

Artigo 7

As eventuais controvérsias que poderão surgir pela interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre um ou mais Estados Partes do MERCOSUL se resolverão pelo mecanismo de solução de controvérsias vigente entre as Partes envolvidas diretamente.

Artigo 8

O presente acordo está aberto a adesão dos Estados associados de MERCOSUL.

ACORDO INTERINSTITUCIONAL

ENTRE

**O FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS,
PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL**

E

O MERCOSUL Cultural

VISTO: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Integração Cultural, as Decisões N° 41/04, 15/12, 54/12 e 1/13 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução N° 26/07 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

O Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL, parte integrante do Tratado de Assunção, vigente nos Estados Partes;

Que a cultura constitui um elemento primordial no fortalecimento e consolidação do processo de integração;

Que resulta importante facilitar a criação de espaços culturais, como estabelecer políticas de fomento à integração regional, que se apoiam na cultura como estratégia;

Que a comemoração dos Bicentenários da independência brindou um marco propício para exibir a cultura como uma ferramenta de transformação social y construção de cidadania gerando, ademais, um espaço para a reflexão e difusão dos processos históricos nacionais e a história comum dos países da região;

Que a diversidade cultural da América do Sul, está sustentada em suas populações originárias, na herança da colonização, na presença de afrodescendentes, nas ondas imigratórias europeias dos séculos XIX e XX e nas constantes migrações entre países limítrofes do MERCOSUL e povos irmãos da América Latina e do Caribe que têm-se aprofundado durante as últimas décadas;

Que a edificação regional do MERCOSUL é uma tarefa complexa, no entanto não se pode perder de vista um sentido de pertencimento e identidade local, respeitando sempre a pluralidade, que faz com que aquela construção se torne mais sólida;

O compromisso dos Estados Partes do MERCOSUL de se empenharem na realização de seus maiores esforços para que a cooperação cultural abarque todas as regiões de seus respectivos territórios;

O interesse na discussão e na promoção de políticas públicas culturais com vistas à integração regional;

Que em princípio de julho de 2013, se realizou em Montevideu (Capital Ibero-americana da Cultura) o II Encontro de Cidades e Universidades, onde ocorreu o painel “Culturas e Integração Regional”, que levantou, entre outras questões, os acordos realizados entre a Rede de MERCOCIDADES, através de suas Unidade Temática Cultural, e a Comissão Permanente de Produção Artística e Cultura da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), que se consistem na promoção de investigações para criação de mapas culturais, rotas turístico-culturais e bens culturais;

Que para alcançar os objetivos desse Acordo, deve-se buscar uma sinergia com a Comissão Permanente de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do MERCOSUL.

Que se entendendo a integração como um projeto político que transcende os destinos nacionais e é enraizado na sociedade, em sua diversidade cultural, torna-se interesse a construção de alianças estratégicas que tenderão ao aprofundamento do processo de integração regional com forte embasamento no local;

Que o Foro Consultivo consagra entre seus princípios a difusão de uma cultura democrática e democratizante em nível regional, estabelecendo relações estreitas para a definição de políticas regionais que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs.

Que o Comitê dos Municípios e o Comitê dos Estados Federados, Províncias e Departamentos conformam o Foro que tem, entre seus princípios basilares, a promoção de uma cultura de paz, o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero e a defesa e recuperação do patrimônio cultural como pilar de uma história e de um futuro comum; sendo indicativo, portanto, da unidade de potência cultural do MERCOSUL;

A consciência que têm os Presidentes e Presidentas do MERCOSUL a respeito do valor do aspecto cultural da integração, superando o MERCOSUL de outrora, baseado em um modelo economicista, posto que, mais do que uma união de desenvolvimento comercial, deve ser de desenvolvimento social e cultural para os povos da América Latina, e o convencimento de que a cultura tem uma potencialidade de inclusão, de geração de empregos e de desenvolvimento;

Que os direitos culturais são parte dos direitos humanos e, como indicado pelo artigo 54 do Comunicado Conjunto dos Presidentes e Presidentas dos Estados Partes do MERCOSUL emitido na ocasião da 45ª Reunião do Conselho Mercado Comum – a Montevideu, 12 de julho de 2013 –, são fundamentais na formação de políticas públicas inclusivas que fortaleçam a convivência e a inclusão social;

**O FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS,
PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL**

E

O MERCOSUL Cultural

A C O R D A M

Primeiro: Combinar esforços nas áreas de promoção e proteção da cultura como elemento primordial no fortalecimento e consolidação do processo de integração. –

Segundo: Elaborar um programa de atividades conjuntas que será considerado como anexo do presente Acordo. –

Terceiro: Procurar unir esforços para realização de eventos acadêmicos conjuntos – como congressos, jornadas, simpósios, mesas redondas ou conferências – sobre temáticas de mútuo interesse. Da mesma forma, poderão canalizar ações de cooperação através da realização de investigações em comum e a elaboração e edição de publicações. As mesmas serão definidas em termos específicos de referência – que, uma vez subscritos, passarão a formar parte deste Acordo – os quais deverão contemplar objetivos, resultados esperados, cronograma de trabalho a ser realizado, prazo de execução, divulgação e responsabilidades de uma das Partes. –

Quarto: Assumir o compromisso de reunir-se uma (1) vez por semestre com o fim de trocar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do MERCOSUL Cultural e de outros temas que considerem de mútuo interesse. Não obstante, se poderá solicitar uma reunião extraordinária, com proposta prévia do assunto a ser tratado na mesma. –

Quinto: O Foro Consultivo de Municípios, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, por iniciativa própria e através de sua Presidência Pró-tempore, poderá remeter à presidência Pró-tempore da Reunião de Ministros de Cultura do MERCOSUL (RMC), opinião sobre temas que se encontrem em consideração pela RMC ou solicitar informações sobre os mesmos. –

Sexto: Ambos os órgãos assumem o compromisso de responder às consultas e/ou considerar as opiniões em um prazo que não supere a três (3) reuniões ordinárias do receptor das mesmas. –

Sétimo: O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL e o MERCOSUL Cultural se comunicarão através de suas respectivas Presidências. –

Oitavo: O presente Acordo entrará em vigência na data de sua assinatura e terá uma duração de 5 (cinco) anos prorrogáveis por mútuo acordo entre as partes. –

Nono: O Acordo poderá ser modificado mediante troca de notas firmadas entre as Partes.

Ambas Presidências Pró-Tempore manifestam sua plena conformidade com todos e cada um dos artigos determinados e combinados. Não obstante, reconhecem que o

presente instrumento se origina no seio do Comitê de Municípios do FCCR, conforme o disposto no artigo 20º, letra e, da Resolução nº 26/07 do Grupo Mercado Comum, e em sinal de aceitação, subscrevem, conjuntamente com o Coordenador do Comitê supracitado, dois exemplares, ambos com o mesmo valor e efeito, no dia 16 de Julho de dois mil e quinze (2015).

Presidências Pró-Tempore

Pelo FCCR

Coordenador Nacional do FCCR Brasil

Pela Reunião de Ministros de Cultura do MERCOSUL (RMC)

Testemunhas de Honra

Coordenador Nacional Titular
pela República Argentina

Alto Representante Geral do MERCOSUL

Coordenador Nacional Titular
pela República Federativa de Brasil

Intendente de Quilmes

Coordenador Nacional Titular
pela República do Paraguai

Coordenador Nacional Titular
pela República Oriental do Uruguai

Coordenador Nacional
República Bolivariana da Venezuela